

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 1277, de 2020)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1277, de 2020, a seguinte redação:

“**Art 1º** Esta lei inclui os §§ 1º-A e 5º ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a seguinte redação:

**Art. 44.** .....

§1º-A. ....

.....

§5º Na hipótese do §1º-A, o candidato que já tiver efetuado o pagamento da taxa de inscrição fará jus ao ressarcimento integral do valor, independentemente do disposto no respectivo edital do certame”. (NR).

**JUSTIFICAÇÃO**

Diante da situação excepcional que levou ao adiamento dos certames, a presente emenda visa garantir o direito ao ressarcimento dos candidatos que não puderem realizar a prova em outra data, mesmo que haja previsão editalícia em sentido contrário.

Vale lembrar que as inscrições para a edição de 2020 do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) já estão abertas e, segundo informações do Ministério da Educação, 3,5 milhões de estudantes já se inscreveram<sup>1</sup>. Nesse sentido, o item 8.8 do edital do ENEM dispõe que o “valor referente

---

<sup>1</sup> Vide: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/enem-registra-mais-de-35-milhoes-de-inscritos>. Acesso em 19.5.2020.



ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido, exceto em caso de cancelamento do Enem 2020 digital”. Tal disposição não é razoável, pois os candidatos não deram causa ao adiamento.

Desse modo, peço apoio aos nobres pares para aprovação da medida.

Sala das Sessões,

**Senador FABIANO CONTARATO**  
(REDE/ES)



SF/20588.86770-91